

SEMANA DA

**ULTRA
PASSA
GEM**

**GUARDA
OLINDA-PE**

**PROCESSUAL PENAL
EMMANOEL THADEU**



PROCESSO PENAL

1. Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.
_____ o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em _____.

A) Não fere / estabelecimento penitenciário federal

B) Fere / penitenciária interestadual

C) Não fere / casa de custódia cautelar

D) Fere / estabelecimento penitenciário federal

E) Não fere / estabelecimento penal estadual

PROCESSO PENAL

Súmula 639 do STJ: **Não fere** o contraditório e o devido processo decisório que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em **estabelecimento penitenciário federal**.

PROCESSO PENAL

2. Assinale a opção que apresenta o princípio norteador do processo penal abordado, precipuamente, pelo brocardo *audiatur et altera pars*.

- A) princípio do contraditório
- B) princípio da oralidade
- C) princípio da publicidade
- D) princípio da não autoincriminação
- E) princípio da presunção da inocência

PROCESSO PENAL

Em tradução livre, "**que seja ouvida a outra parte**". De acordo com o princípio do contraditório, a acusação e defesa devem ter a oportunidade de apresentar suas versões dos fatos e argumentos, bem como contestar os argumentos da outra parte.

PROCESSO PENAL

3.O princípio do Direito Processual Penal que impede a criação de tribunais de exceção refere-se ao princípio

A)do contraditório.

B)da verdade real.

C)da oficiosidade.

D)do juiz natural.

E)da indisponibilidade.

PROCESSO PENAL

4.A disposição constitucional que assegura ao preso o direito ao silêncio consubstancia o princípio da

A)inexigibilidade de autoincriminação.

B)verdade real.

C)indisponibilidade.

D)oralidade.

E)cooperação processual.

PROCESSO PENAL

5.A necessidade de assegurar que as partes gozem das mesmas oportunidades e faculdades processuais consiste o conteúdo do princípio processual

- A)da paridade de armas.
- B)do contraditório.
- C)da ampla defesa.
- D)da identidade física do juiz.
- E)do estado de inocência.

PROCESSO PENAL

6. NÃO se trata de garantia processual expressa na Constituição da República:

A) a liberdade provisória.

B) a identificação do responsável pelo interrogatório policial.

C) a publicidade restrita.

D) o cumprimento da pena em estabelecimento distinto em razão da natureza do delito.

E) o duplo grau de jurisdição.

PROCESSO PENAL

7. Aplicar-se-á a lei processual penal, nos estritos termos dos arts. 1º , 2º e 3º do CPP,

A) aos processos de competência da Justiça Militar.

B) ultrativamente, mas apenas quando favorecer o acusado.

C) retroativamente, mas apenas quando favorecer o acusado.

D) desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

E) com o suplemento dos princípios gerais de direito sem admitir, contudo, interpretação extensiva e aplicação analógica.

PROCESSO PENAL



8. Em relação à aplicação da lei processual penal, é correto afirmar que a lei

A) nova será aplicada sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

B) processual penal não admitirá aplicação analógica.

C) processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.

D) nova e mais gravosa ao réu terá aplicação imediata somente para os novos processos que se tiverem iniciado depois de sua promulgação.

E) nova será aplicada aos fatos pretéritos que eram regulados pela lei revogada.

PROCESSO PENAL

9. Segundo a regra geral prevista no CPP, o IP deverá ser encerrado no prazo de

A) cinco dias, se o indiciado estiver preso, ou em dez dias, quando este estiver solto.

B) quinze dias, se o indiciado estiver preso, ou em trinta dias, quando este estiver solto.

PROCESSO PENAL

- C)** trinta dias, se o indiciado estiver preso, ou em sessenta dias, quando este estiver solto.
- D)** dez dias, se o indiciado estiver preso, ou em trinta dias, quando este estiver solto.
- E)** trinta dias, esteja o indiciado preso ou solto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



Caso o Delegado não consiga elucidar o fato no prazo previsto, deverá assim mesmo encaminhar os autos do IP ao Juiz, solicitando prorrogação do prazo. Caso o indiciado esteja solto, o Juiz pode deferir a prorrogação do prazo. Caso o indiciado esteja preso, o prazo não pode ser prorrogado, sob pena de constrangimento ilegal à liberdade do indiciado, ensejando, inclusive, a impetração de Habeas Corpus.

Estes prazos (10 dias e 30 dias) são a regra prevista no CPP. Entretanto, existem exceções previstas em outras leis;

- **Crimes de competência da Justiça Federal** – 15 dias para indiciado preso (prorrogável por mais 15 dias) e 30 dias para indiciado solto.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



- **Crimes da lei de Drogas** – 30 dias para indiciado preso e 90 dias para indiciado solto. Podem ser duplicados em ambos os casos.
- **Crimes contra a economia popular** – 10 dias tanto para indiciado preso quanto para indiciado solto.
- **Crimes militares** (Inquérito Policial Militar) – 20 dias para indiciado preso e 40 dias para indiciado solto (pode ser prorrogado por mais 20 dias).

PROCESSO PENAL

10. São características do inquérito policial

A)a publicidade e a imprescritibilidade.

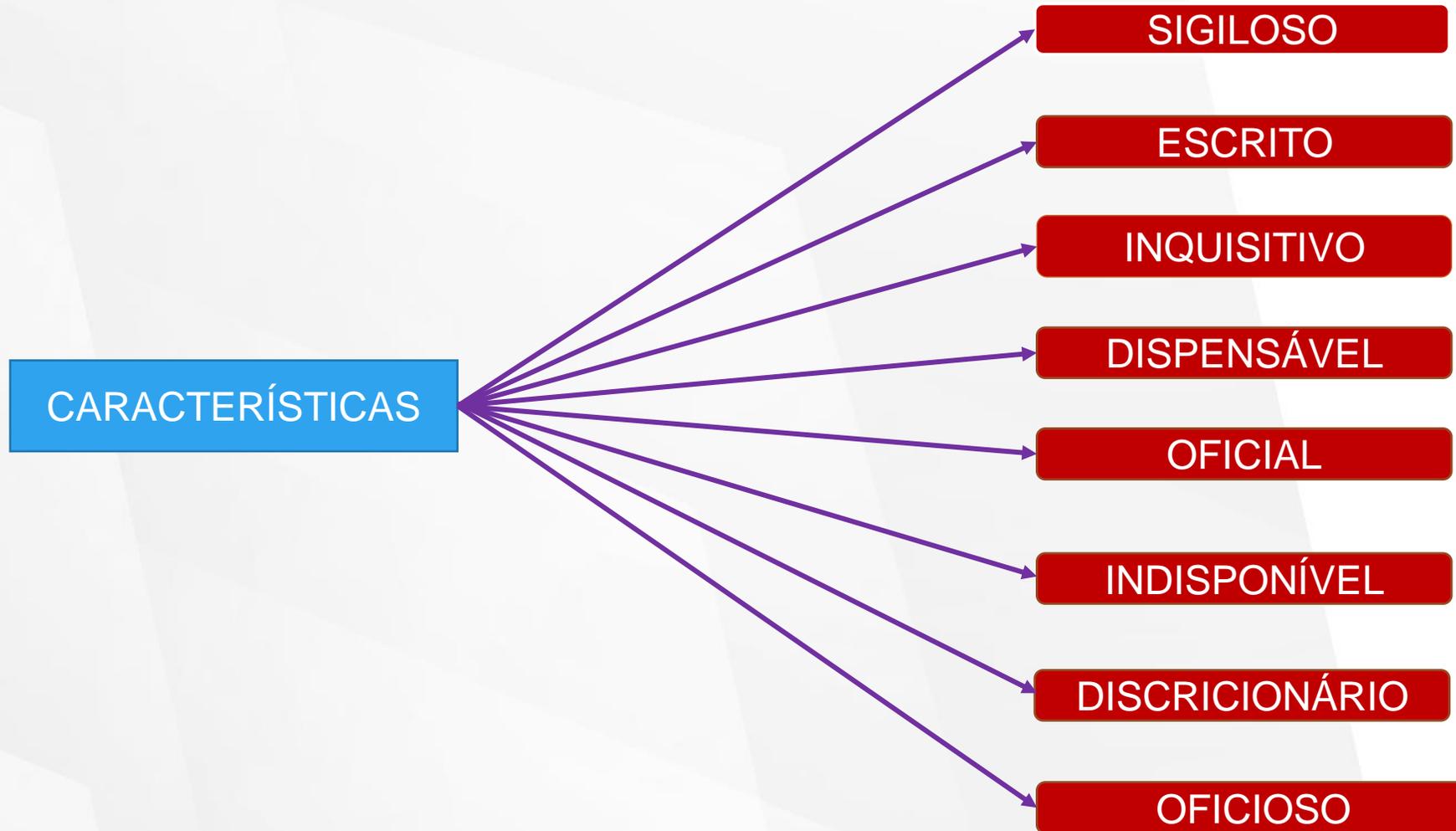
B)a publicidade e o contraditório.

C)o sigilo e a inquisitividade.

D)o sigilo e a ampla defesa.

E)a ampla defesa e o contraditório.

DIREITO PROCESSUAL PENAL



PROCESSO PENAL

11. relação ao inquérito policial (IP), assinale a opção correta.

A) Do despacho que indeferir o requerimento feito por um particular para a abertura de IP caberá recurso para a autoridade hierarquicamente superior, ou seja, o juiz competente.

B) Para verificar a possibilidade de a infração ter sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública, uma vez que o interesse na solução do delito sobrepõe-se a valores individuais.

PROCESSO PENAL

- C)** O IP acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- D)** Em qualquer situação, o MP poderá requerer a devolução dos autos do IP à autoridade policial para novas diligências.
- E)** Convencida da inexistência do crime, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de IP.

PROCESSO PENAL – INQUÉRITO POLICIAL



12. Em relação ao exercício do direito de defesa no inquérito policial, a autoridade policial poderá negar ao defensor, no interesse do representado, ter acesso aos

- A)** elementos de prova cobertos pelo sigilo.
- B)** termos de depoimentos prestados pela vítimas, se entender pertinente.
- C)** elementos de prova que entender impertinentes.
- D)** elementos de prova, caso o investigado já tenha sido formalmente indiciado.
- E)** elementos de provas ainda não documentados em procedimento investigatório.

PROCESSO PENAL – INQUÉRITO POLICIAL



14.O inquérito policial é um procedimento

A) formal, escrito, judicial, contraditório, inquisitório, cautelar, concomitante à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e sua autoria.

B) informal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.

PROCESSO PENAL – INQUÉRITO POLICIAL



C) formal, escrito, administrativo ou judicial, inquisitório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido pela autoridade policial ou por membro do Ministério Público, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.

D) formal, escrito, administrativo, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.

E) informal, escrito, administrativo, contraditório, cautelar, preliminar à ação penal, presidido exclusivamente pela autoridade policial, com o objetivo de apurar infrações penais e a sua autoria.

SEMANA DA

**ULTRA
PASSA
GEM**

**GUARDA
OLINDA-PE**

**PROCESSUAL PENAL
EMMANOEL THADEU**

